

ISSN 1517-2201



**Seminário sobre manejo da Vegetação
Secundária para a Sustentabilidade da
Agricultura Familiar da Amazônia Oriental**

Anais

**8 a 9 de setembro de 1999
Belém - Pará**

1.00082

Anais...
2000

PC-2001.00082



AI-SEDE-18757-1



Embrapa
Amazônia Oriental



CNPq

*Seminário sobre Manejo da Vegetação
Secundária para a Sustentabilidade da
Agricultura Familiar da Amazônia Oriental*

ISSN 1517-2201

Anais

8 a 9 de setembro de 1999
Belém - Pará

Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 69

Projeto Gráfico e Diagramação - Embrapa Amazônia Oriental

Manoel Juvencio Mélo Dantas
Tatiana Deane de Abreu Sá

Impressão

AMS DIGITAL PRINT
Rua: Caripunas, 760
Jurunas. Belém - PA
Fone: (91) 272-1215

Embrapa	
Unidade:	AI. Sede
Valor aquisição:	
Data aquisição:	29.3.2001
N.º N. Fiscal/Fatura:	
Fornecedor:	
N.º OCS:	
Origem:	Doc. 120
N.º Registro:	0821.2001

SEMINÁRIO SOBRE MANEJO DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA AMAZÔNIA ORIENTAL, 1999, Belém, PA. **Anais**, Belém: Embrapa Amazônia Oriental/CNPq, 2000. 221p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 69). 2000.

ISSN 1517-2201

1. Agricultura familiar. 2. Vegetação secundária. 3. Uso da terra. 4. Produção vegetal. I. EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (Belém, PA) II. Título.

CDD.630.9811

Dinâmica Histórica da Reprodução da Agricultura em Igarapé-Açu (Região Bragantina do Estado do Pará): I conformação do espaço agrário e dinâmica dos sistemas agrários.

Francisco R. de Sousa Filho¹, Aliomar A. da Silva², Urbano M. F. Marques³, Frederico L. S. Cahete⁴, Wilza da S. Pinto⁵, José L. da Silveira⁶, Sílvio R. M. dos Santos⁵ e Jonaci Corteletti³

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de conformação do espaço agrário e da dinâmica do sistema agrário em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental, de modo particular em Igarapé-Açu no estado do Pará. Para alcançar este objetivo foi necessário caracterizar e analisar os condicionantes da reprodução da agricultura praticada ali. Neste sentido, se fez necessário considerar primeiro, tanto os processos de colonização espontânea quanto os de colonização dirigida (fomentada pelo Estado). Cada qual apresentou características distintas no que diz respeito ao padrão de ocupação do espaço agrário em cada período histórico. Por segundo, que o acesso viário e os sistemas de transportes dominantes em cada período histórico condicionaram fortemente a pressão de expansão do povoamento do espaço e o desenvolvimento das atividades econômicas. A interpretação do desenvolvimento das atividades econômicas, por sua vez, permitiu-nos recompor a própria dinâmica de transformação e exploração do meio biofísico que constitui a paisagem e condicionou as performances, as estratégias produtivas e os modelos de desenvolvimento adaptados.

A metodologia empregada no levantamento de campo está fundamentada na utilização de uma abordagem sistêmica, da *Escola Francesa*, para o estudo da realidade agrária local (Conf. Sousa Filho et al. 1998).

2. Da conformação do espaço agrário e dinâmica do sistema agrário em Igarapé-Açu.

As variantes da dinâmica de transformação e exploração do espaço agrário se apresentam de forma distintas em quatro períodos históricos. O primeiro deles diz respeito ao padrão de ocupação do espaço e às relações no sistema conformado a partir da dominância das interações por via fluvial -- que é o período anterior a implementação da ferrovia em terras do município (antes de 1895). Nele, a dinâmica do povoamento esteve centrada na colonização espontânea tendo a frente os "paraenses" e repercutiu como uma forma distinta de utilização social do espaço que se articulou por intermédios das vias fluviais (Rio Maracanã e, com pouca expressão, Rio Jambu-Açu, afluente do Marapanim), pelas quais deu-se, basicamente, a organização da economia local até o início do século XX. As fronteiras deste sistema hídrico estiveram delimitadas pela navegabilidade e pelo alcance de picadas a partir dos pontos navegáveis. O funcionamento do sistema com relação às relações sócio-econômicas esteve ligado, por um lado, ao *sistema de regato* com financiadores comerciais (os patrões) em Belém e, por outro, à intermediação comercial, freqüentemente, aos cuidados de comerciantes portugueses que implantaram casas comerciais "*fortes*" em localidades como Maracanã e Porto Seguro. Além de que, as relações com os produtores remetia à troca e ao uso de "*sistema de cadernetas*". Os sistemas de produção existentes, em sua maioria, exploravam sistemas de cultivos como do arroz, do milho, do feijão e da mandioca. A produção era volta para o consumo em nível da unidade de produção e o excedente dela comercializado com os agentes econômicos, conforme descrito anteriormente. A caça, a pesca e as atividades extrativas tinham um papel importante, face a sua grande disponibilidade na região. O tamanho do roçado variou de acordo com capacidade de força de trabalho disponível na família e das necessidades dela (não supridas em nível de cada sistema de produção). Tal fato, representou uma diferenciação, em nível de cada sistema de produção, quanto à pressão humana sobre o meio biofísico.

O segundo período histórico (de 1895 a 1940) está relacionado ao padrão de ocupação do espaço e às relações no sistema conformado a partir da dominância mediadas pela ferrovia, com a demarcação das terras do núcleo colonial de Jambu-Açu (fundada em 1895). Tal período tem sua gênese na política desenvolvida pelo Estado para assentar colonos na Bragantina -- tendo por base a construção de uma ferrovia e ao longo dela instalando-se núcleos colônias. A concretização desta de colonização gerou uma malha bem definida de vias de comunicação terrestre o que promoveu a ocupação permanente do *espaço interior aos igarapés*, até então de uso esporádico. Além disso, procurou dar uma destinação agrícola ao uso da terra a partir do estabelecimentos de colonos (em sua maioria imigrantes nordestinos, mas também imigrantes espanhóis) que ocuparam lotes de 25 hectares

¹ Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (DGEO-UFPa). Belém - PA, Brasil.

² Superintendência Regional da Amazônia Oriental, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (SUPOR-CEPLAC). Belém - PA, Brasil.

³ EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém - PA, Brasil.

⁴ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPa). Belém - PA, Brasil.

⁵ Fazenda Escola de Igarapé-Açu, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FEIGA-FCAP). Igarapé-Açu - PA, Brasil.

⁶ Escritório de Castanhal, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Castanhal - PA, Brasil.

distribuídos ao longo de travessas (estradas vicinais). Isto representou, diferentemente do período histórico anterior, uma redução na dimensão originária na maioria das unidades de produção. Entretanto, verificou-se um processo de diferenciação bastante significativa com relação à conformação dos sistemas de produção. Isto deveu-se ao fato de que os imigrantes ali assentados chegaram com recursos monetários distintos (alguns com capital outros não), com disponibilidades diferenciadas de força de trabalho na família e com conhecimentos técnicos acumulados de como lidar com determinadas atividades, cultivos e com a *natureza originária deste espaço*. Estes fatores condicionaram (a) uma diferenciação originária no tamanho das unidades de produção, isto porque aqueles imigrantes que chegaram com capital puderam comprar mais de um lote; (b) o tamanho dos cultivos (comerciais e de autoconsumo), uma vez que aqueles imigrantes que tinham uma grande quantidade de força de trabalho disponível em nível da família cultivou maiores áreas; (c) o surgimento de agroindústrias rurais (como as que processavam a cana-de-açúcar para a fabricação de rapaduras, açúcar e aguardente); e, (d) a implantação de cultivos agrícolas exclusivamente comerciais (como exemplo, o algodão). Tal fato representou, por um lado, um certo grau de intensificação dos sistemas e, por outro, à diversificação dos sistemas de cultivos manejados em nível de cada um deles.

Para a maioria das unidades produtivas o algodão juntamente com o arroz e a mandioca apresentaram-se como os principais sistemas cultivados. A instalação de agroindústrias processadoras do algodão e do arroz, na segunda década do século atual, na sede do município, funcionaram como elementos estimuladores da expansão das áreas cultivadas, porém condicionada aos fatores já descritos anteriormente. Este três cultivos assumiram, também, o papel de principais produtos comercializados pelos produtores. Além disso, o funcionamento dos sistemas de produção ali existentes baseou-se na fertilidade natural do solo. Esta fertilidade do solo sustentou a produção agrícola, o que possibilitou um período áureo de desenvolvimento para a colônia de Igarapé-Açu. A tecnologia para o manejo e uso da terra esteve relacionada à prática anual de derruba e queima da mata primária, com a utilização de instrumentos rudimentares de trabalho (machado, foice e terçado). A caça e a pesca desempenhavam um papel importante, em razão da riqueza e diversidade dos ecossistemas regionais. Já no que diz respeito às relações comerciais entre os colonos e agentes econômicos, predominou o sistema de *compra em folha*, cuja intermediação era exercida pelos *tropeiros*, que faziam o transporte de produtos desde as unidades de produção localizadas ao longo das travessas, até as "grandes" casas comerciais instaladas nos povoados já constituídos como, Porto Seguro, São Jorge do Jabuti, Curi, São Luiz e, principalmente, na sede do município.

A conjugação desses fatores descritos, levou a uma diferenciação, em nível de cada sistema de produção, quanto à pressão humana sobre o meio biofísico. O resultado disto, foi a configuração de um quadro em que a cobertura vegetal com mata primária desapareceu em grande parte das unidades de produção. Este grau de intensificação do uso da terra, apresentou como consequência, em algumas unidades de produção, a exploração de áreas com pousio de até 3 anos.

O terceiro período histórico refere-se ao padrão de ocupação do espaço e às relações no sistema constituído a partir da dominância das interações pela ferrovia e rodovias: o período de 1940 a 1966. Nele a conformação e estabelecimento de um sistema rodoviário para transporte veio se juntar ao sistema ferroviário já existente, possibilitando – dentre outras coisas –, melhores condições de escoamento da produção. Inicialmente, as estradas vêm ligar a Colônia de Igarapé-Açu com outros núcleos coloniais e a capital do Estado (Belém) e, num segundo momento, as rodovias consolidam as relações do município com outras regiões do país, proporcionando abertura de novos mercados para os produtos locais.

O funcionamento dos sistemas de produção continuou, ainda, baseado na fertilidade natural dos solos. Entretanto, a conjugação entre força de pressão demográfica, parcelamento da terra e abertura de novos mercados para a produção local, levou a uma intensificação cada vez maior do uso e utilização das terras, tendo como resultado central, principalmente no final desse período, a sensível diminuição da fertilidade natural dos solos. E, as técnicas empregadas no manejo e uso da terra não evoluíram, tendo continuado, portanto, centradas na prática anual de derruba e queima das matas primárias ainda existentes e das capoeiras, fazendo uso de instrumentos rudimentares de trabalho (machado, foice e terçado). A caça, a pesca e as atividades extrativas, apesar da diminuição substancial, continuam se constituindo em elementos importantes na complementação alimentar dos colonos. O algodão e a mandioca apresentaram-se como os principais sistemas de cultivos praticados para a comercialização. Entretanto, o cultivo do arroz -- exploração de grande importância comercial no período anterior --, ficou limitado quase que exclusivamente ao autoconsumo na maioria das unidades de produção, devido à queda na sua produtividade física, consequência da diminuição da fertilidade natural do solo. Outros cultivos que também se destacaram, principalmente para o autoconsumo, foram milho e feijão. Quanto às relações sócio-econômicas, continuou predominando o sistema de "*compra em folha*", com financiadores comerciais localizados em nível de Igarapé-Açu, municípios circunvizinhos, principalmente Castanhal e São Francisco do Pará e, na capital do estado (Belém). O escoamento da produção e a intermediação comercial no âmbito do município, permaneceu, predominantemente, a cargo dos *tropeiros*. Todavia, inicia-se, neste período, a introdução de caminhões para fazer o transporte de produtos desde as unidades coloniais localizadas nas travessas, até os estabelecimentos comerciais instalados no interior do município e fora da sua fronteira.

A dinâmica de transformação e exploração do espaço agrário deu uma conformação ao sistema agrário, neste período, onde a mata primária desaparece nas unidades de produção (exceto na área onde se localiza a Colônia

Agrícola do Prata). Neste contexto, os sistemas de cultivo são orientados quase que exclusivamente para as áreas de cobertura vegetal com capoeiras, onde as parcelas agrícolas eram cultivadas por um ou dois ciclos de cultura, depois deixadas em pousio, por um período nunca superior a dez anos, na maioria das unidades de produção.

O último período histórico é aquele que transita a partir da metade da década dos sessenta até o momento atual. Neste verifica-se a conformação da reconfiguração do sistema agrário em Igarapé-Açu. Trata-se do resultado, por um lado, da desativação do sistema de transporte ferroviário e consolidação das rodovias e, por outro, da conjugação de forças estabelecida pelos novos atores sociais que adentram no município, pela pressão demográfica, pelo parcelamento da terra e pela intensificação do seu uso (consequência do sistema de manejo da terra praticados em nível dos sistemas de produção desde períodos anteriores). Este conjunto de fatores levou a que se verificasse uma crise agrária e a reestruturação da produção e das unidades de produção no município. Neste contexto, as estratégias das famílias dos produtores são variadas, tais como: saída para regiões de garimpo; migração para centros urbanos; e, ocupação de terras em áreas de novas fronteiras. De toda forma, essas estratégias implicaram, para a maioria dos agricultores, na permanência de membros da família no local, o que se constituiu em alternativa para assegurar a reprodução da agricultura de base familiar neste espaço. Os sistemas de cultivo praticados, em nível das unidades de produção familiar, continuam centrados na produção de milho, feijão, arroz e mandioca porém, com acentuada diminuição da produtividade física. Já o cultivo do algodão veio a desaparecer, na maioria das unidades de produção, durante a década dos sessenta em virtude, principalmente, da desativação de uma agroindústria, localizada na sede do município, que comprava a produção dos colonos. Entretanto, a exploração deste cultivo teve uma rápida retomada durante alguns anos da década dos oitenta, dentro de um padrão tecnológico não dependente da fertilidade natural do solo.

A implantação de lavouras permanentes (pimenta do reino e dendê) e semi-permanentes (maracujá), voltadas praticamente para o mercado, veio dar uma reordenação à produção em número considerável de unidades de produção. Tal fato representou a introdução de um novo padrão de produção baseado no uso de fertilizantes e agrotóxicos. Este processo começou na segunda metade da década dos sessenta com a chegada de novos agentes produtivos ao município – os japoneses - que, via compra de terra, promoveram um processo de reordenação fundiária mais visível em certas áreas do município que em outras. Eles implementaram, inicialmente, o cultivo da pimenta do reino e, posteriormente, do dendê. O cultivo da pimenta do reino veio a tomar corpo somente a partir da metade da década dos setenta, tanto nas áreas exploradas por estes novos agentes quanto naquelas cultivadas por antigos colonos e seus descendentes. Este processo de expansão foi decorrente de uma política de incentivo do Governo (POLOAMAZÔNIA) e favorecido pelos bons preços vigentes do produto no mercado internacional. Porém, esta atividade veio, praticamente, a desaparecer durante a segunda metade da década dos oitenta, em consequência de problemas fitossanitários (fusariose), ressurgindo a sua exploração a partir de meados da década atual, predominantemente, através de produtores medianamente capitalizados que implementam grandes áreas. Já o cultivo do dendê, desde sua implementação até o momento atual, manteve-se restrito aos colonos de origem japonesa, com a característica de sua exploração ser feita em áreas que variam de 25 a 350 hectares. Sua expansão, no município, foi favorecida por condições "bioclimáticas" e pela política de incentivos fiscais do Governo Federal, via SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que possibilitou a implantação de uma agroindústria local (PALMASA – Agroindustrial Palmeira da Amazônia S.A.), em janeiro de 1989. Quanto ao cultivo do maracujá, este foi introduzido mais recentemente no município. Sua implantação e expansão foi fomentada, por um lado, por uma agroindústria privada (AMAFRUTA) e, de outro, favorecida por recursos provenientes do FNO (Fundo Constitucional do Norte).

Uma outra reconfiguração na produção e nas unidades de produção veio se dar, também, com a utilização de terras com pastagens plantadas, para a criação de bovinos, em áreas anteriormente ocupadas com cultivos alimentares. Tal fato decorreu da aquisição de terras por parte de comerciantes urbanos locais e, de outros agentes produtivos chegados à região na década dos setenta. Estes, adquiriram várias lotes de antigos colonos, formando unidades de produção do tipo fazendas, algumas delas com área superior a 20 lotes, em áreas contíguas (500 hectares).

Toda essa conjuntura, levou a que pudesse se verificar, principalmente, três processos durante este período: (a) reordenação fundiária, com valorização da terra (venda de lotes por parte de antigos colonos, que achavam interessante aplicar o dinheiro no mercado financeiro, na época dos juros altos); (b) implantação de cultivos alternativos, destinados ao mercado (pimenta do reino, dendê e maracujá), envolvendo, em geral, produtores medianamente capitalizados; e, (c) criação de mercado de trabalho eventual, no âmbito do espaço agrário local, para produtores com pouca disponibilidade de recursos financeiros. Além disso, a conjugação desses processos conduziu à uma diferenciação, em nível de cada sistema de produção, quanto à pressão humana sobre o meio biofísico.

3. Considerações finais.

Os resultados alcançados neste trabalho nos permite tecer considerações finais sobre os seguintes pontos: (a) a conformação do sistema agrário esteve baseado na dinâmica dos meios de transporte dominantes em distintos períodos: fluvial, ferroviário e rodoviário; (b) isto condicionou o padrão de ocupação efetiva do espaço e a

valorização/desvalorização de áreas, a amplitude econômica do sistema, a estrutura de mercado e as mercadorias passíveis de troca, conseqüentemente o tipo de inserção da produção local nos mercados regional e nacional; (c) o entendimento da pressão de expansão do povoamento no espaço e as atividades econômicas desenvolvidas, permitiu-nos recompor a própria dinâmica de transformação e exploração do meio biofísico que condiciona, hoje, as performances produtivas, estratégias produtivas e os modelos de desenvolvimento adaptados – principalmente quando o meio ambiente é considerado um forte limitante da produtividade; e, (d) a dinâmica histórica da ocupação do espaço por diferentes atores sociais condicionou, por um lado, uma diferenciação nos tamanhos das unidades de produção e no tamanho das áreas trabalhadas com cultivos comerciais e de autoconsumo. E, por outro, levou ao surgimento de agroindústrias rurais e urbanas (casas de farinha e usinas de beneficiamentos de arroz e algodão) e a implantação de cultivos agrícolas exclusivamente comerciais (algodão, pimenta do reino, dendê e maracujá). Esses fatores propiciaram um certo grau de intensificação do sistema e a diversificação dos sistemas de cultivos manejados em nível de cada unidade de produção.

4. Bibliografia.

Sousa Filho, F.R. de, Arapiraca da Silva, A., Marques, U. M.F., Pinto, W. S., Santos, S. R. M. dos, Silveira, J. L., Cahete, F. L. S. & Corteletti, J. *A Dinâmica Histórica da Reprodução da Agricultura em Igarapé-Açu (Região Bragantina do Estado do Pará): um estudo de diagnóstico a partir do enfoque de sistemas agrários*. SHIFT ENV25/EMBRAPA - SHIFT ENV44/NAEA/UFPA - CEPLAC - FEIGA/FCAP, Belém, 1998. (Relatório Preliminar).